

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	9
AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	19
I. A razão de ser deste livro	19
II. O direito de proteção de dados no processo penal e na segurança pública	22
III. Estrutura do livro	27
IV. Breve nota terminológica	28
V. Das normas traduzidas	29
A. A dogmática constitucional da proteção de dados	31
I. Considerações gerais sobre a dogmática da intervenção em direitos fundamentais	31
1. A justificação da intervenção em direitos funda- mentais	31
2. A proteção constitucional dos dados pessoais	37
II. A reserva de lei e a reserva parlamentar: o conteúdo das normas autorizativas de intervenção informacional	40
III. Da proporcionalidade no tratamento de dados pessoais: requisitos e concretizações	49

1. Do princípio da vinculação finalística.....	50
2. Da necessidade de regramento específico para as distintas atividades estatais: persecução penal, segurança pública e inteligência	51
3. Da separação informacional de poderes	56
4. Da concretização da proporcionalidade: critérios e subprincípios.....	58
a) Dos critérios da proporcionalidade	58
b) Dos princípios gerais do tratamento de dados	59
IV. Demais exigências materiais na proteção de dados pessoais	66
V. Síntese parcial	69
B. Algumas advertências em relação à Diretiva 2016/680 (DPD): a importância da legislação nacional no contexto europeu	71
C. Intervenções informacionais para fins de segurança pública.....	77
I. A segurança pública como atividade de proteção contra perigos	77
II. Aspectos centrais de um direito de segurança pública: bem protegido, perigo e destinatários	80
1. Bem protegido: a segurança pública	81
2. Perigo	82
3. Os destinatários	84
III. Autorizações para o levantamento de dados pessoais .	85
1. Critérios para regras especiais de autorização.....	86
a) Licitude formal	86
b) Licitude material	87

2. Dois exemplos de autorizações especiais no direito alemão	88
a) A identificação eletrônica de veículos automotivos	88
b) Câmeras de vigilância em espaços públicos...	92
3. Critérios para criação de cláusulas gerais	96
IV. Armazenamento, utilização e alteração	100
V. Síntese parcial	103
D. Intervenções informacionais para fins de persecução penal	105
I. Considerações gerais	107
1. O princípio da publicidade do processo e a proteção da personalidade	107
2. A presunção de inocência e os níveis de suspeita do fato	112
3. Formas de tratamento de dados no processo penal	113
II. Medidas de investigação na persecução penal	114
1. Critérios para regras especiais de autorização.....	116
a) Licitude formal	116
b) Licitude material	116
2. Dois exemplos de normas de autorização: o monitoramento de telecomunicações e a infiltração <i>online</i>	121
a) O monitoramento de telecomunicações	121
b) A infiltração online em sistemas informáticos	127
III. Demais formas de tratamento de dados pessoais no processo penal	131
1. Dados constantes dos autos do processo.....	131
2. Dados externos aos autos do processo	132
IV. Síntese parcial	132

E. O compartilhamento de dados pessoais da segurança pública e da persecução penal	135
I. Fundamentos	136
1. Licitude formal: o modelo das duas portas	136
2. Licitude material: a vinculação à finalidade e o critério do levantamento hipotético	138
II. Compartilhamento de dados pessoais obtidos pelos órgãos de segurança pública	140
III. Compartilhamento de dados pessoais obtidos por órgãos da persecução penal	142
IV. Síntese parcial	146
F. Os direitos dos titulares ou afetados pelo processamento de seus dados	147
I. Do direito do titular/afetado à informação e dos correspondentes deveres do controlador	149
1. Dos deveres ativos de informação: a disponibilização de informações ao titular e a notificação do afetado	150
2. Do direito de acesso do titular dos dados e dos deveres passivos do controlador	153
II. Do direito do afetado ao controle do processamento de dados	155
1. Direito à correção dos dados	155
2. Direito à eliminação dos dados.....	155
3. Direito à limitação do processamento dos dados...	156
4. Forma de comunicação da recusa de correção e eliminação dos dados e de limitação do processamento	157
III. Dos direitos à supervisão da autoridade de controle e à apreciação judicial	157
IV. Síntese parcial	158
SÍNTESE	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163